

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013 (Reapreciado)	31/12/2012
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.290	88.531	19.016
Títulos e valores mobiliários	5	42.002	25.246	284.291
Títulos e valores mobiliários restritos	6	3.987.876	5.359.379	-
Contas a receber	7	9.084	30.154	103.064
Outros ativos circulantes		16.885	16.419	4.300
Total do ativo circulante		<u>4.127.137</u>	<u>5.519.729</u>	<u>410.671</u>
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber	7	23.981	6.877	20.520
Imobilizado	8	284.242	268.120	293.441
Intangível	9	78.529	41.486	15.586
Total do ativo não circulante		<u>386.752</u>	<u>316.483</u>	<u>329.547</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.513.889</u>	<u>5.836.212</u>	<u>740.218</u>

(continua)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/2012
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	10	303.338	287.392	153.785
Salários e encargos sociais	11	213.055	223.976	175.268
Obrigações tributárias	12	25.410	28.968	14.610
Recursos de projetos em execução	13	3.987.876	5.359.379	-
Outros passivos circulantes		4.888	1.874	6.740
Total do passivo circulante		4.534.567	5.901.589	350.403
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)				
Patrimônio social		(65.377)	389.815	941.443
Superávit (déficit) acumulado		44.699	(455.192)	(551.628)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(20.678)	(65.377)	389.815
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		4.513.889	5.836.212	740.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	14.881.552	8.887.720
CUSTO OPERACIONAL	17	<u>(11.894.996)</u>	<u>(6.918.386)</u>
SUPERÁVIT BRUTO		<u>2.986.556</u>	<u>1.969.334</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.882.034)	(2.392.779)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	(37.043)	(22.469)
Outras despesas operacionais		<u>(22.780)</u>	<u>(9.278)</u>
		<u>(2.941.857)</u>	<u>(2.424.526)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>44.699</u>	<u>(455.192)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u> (Reapresentado)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>44.699</u>	<u>(455.192)</u>
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DO SUPERA VIT (DÉFICIT) ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>44.699</u>	<u>(455.192)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em reais - R\$)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>941.443</u>	<u>(551.628)</u>	<u>389.815</u>
Superávit/(Déficit) do exercício (reapresentado)	-	(455.192)	(455.192)
Incorporação do déficit do exercício anterior	<u>(551.628)</u>	<u>551.628</u>	<u>-</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Reapresentado)	<u>389.815</u>	<u>(455.192)</u>	<u>(65.377)</u>
Superavit do exercício	-	44.699	44.699
Incorporação do déficit do exercício anterior	(455.192)	455.192	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>(65.377)</u>	<u>44.699</u>	<u>(20.678)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (déficit) do exercício		44.699	(455.192)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	18	30.339	43.909
Constituição de provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquida	7	48.757	5.101
		<u>123.795</u>	<u>(406.182)</u>
Títulos e valores mobiliários		(16.756)	259.045
Caixa restrito		1.371.503	(5.359.379)
Contas a receber		(44.791)	81.452
Outros ativos circulantes		(466)	(12.119)
Recursos de projetos em execução		(1.371.503)	5.359.379
Fornecedores		15.946	133.607
Salários e encargos sociais		(10.921)	48.708
Obrigações tributárias		(3.558)	14.358
Outros passivos circulantes		3.014	(4.866)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>66.263</u>	<u>114.003</u>
Atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	8	(28.574)	(15.240)
Aquisição de intangível	9	(54.930)	(29.248)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(83.504)</u>	<u>(44.488)</u>
AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(17.241)</u>	<u>69.515</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	88.531	19.016
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	71.290	88.531
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(17.241)</u>	<u>69.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação Brasileira de Hipismo (“Confederação”), constituída em 19 de dezembro de 1941, situada na Rua Sete de Setembro 81, sala 301, Rio de Janeiro - RJ, é uma associação sem finalidade de lucros, de caráter desportivo, dotada de personalidade jurídica de direito privado, filiada à Federação Equestre Internacional - FEI e ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB e constituída pelas entidades filiadas de administração regional do esporte hípico, todas com direitos iguais, que dirijam ou venham a dirigir de fato e de direito e eficientemente no território brasileiro o esporte hípico ou outros assemelhados e que sejam formadas a critério da Confederação ou, ainda, das entidades nacionais e internacionais de administração.

A gestão da Confederação é exercida por meio da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e da Diretoria, não remunerados. A Diretoria presta contas da sua gestão anualmente à Assembleia Geral, após o parecer do Conselho Fiscal.

Os objetivos sociais da Confederação são:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o País a prática do hipismo em todos os níveis, incluindo o hipismo praticado por portadores de deficiências, quando a FEI permitir.
- b) Representar o hipismo brasileiro perante os poderes públicos em caráter geral.
- c) Representar o hipismo brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da FEI, da Confederação Sul-Americana de Hipismo e da respectiva Federação Internacional, observada a competência do COB.
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais, nacionais e internacionais no território brasileiro.
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, as normas e os regulamentos internacionais e olímpicos.
- f) Informar às filiadas sobre as decisões que adotar, bem como aquelas que emanarem dos poderes públicos e das entidades internacionais.
- g) Regulamentar as inscrições dos praticantes do hipismo nas entidades filiadas de administração regional e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais.
- h) Promover e fomentar a prática do hipismo de alto nível, estudantil, universitário e de cunho social.
- i) Promover o funcionamento de cursos técnicos de hipismo.

- j) Promover a realização de campeonatos e torneios hípicos brasileiros, nacionais e internacionais.
- k) Expedir às filiadas estaduais qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de hipismo que promover ou participar.
- l) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas, dispondo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas.
- m) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas entidades estaduais de administração e de prática de hipismo, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites, sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional.
- n) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição.
- o) Praticar no exercício da direção nacional do hipismo todos os atos necessários à realização de seus fins.
- p) Ser o agente de ligação entre as entidades estaduais de administração do desporto hípico, de maneira que estabeleça harmonia e solidariedade necessárias, maximizando suas possibilidades hípicas.
- q) São consideradas modalidades hípicas o adestramento, o salto, o concurso completo de equitação, o enduro, o volteio, a equitação especial, as rédeas e a atrelagem.

O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

A Confederação não efetua o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, por entender estar isenta dessas obrigações, com base no artigo 150, da Constituição Federal, da Lei nº 9.532/97 e no Ato Declaratório Normativo CTS nº 17/90.

A Confederação apresenta, em 31 de dezembro de 2014, capital circulante negativo no montante de R\$407.430 (R\$381.860 em 31 de dezembro de 2013) e passivo a descoberto de R\$20.678 (R\$65.377 em 31 de dezembro de 2013). A Confederação aguarda a aprovação do orçamento de recursos públicos para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015 para o atendimento de suas obrigações de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e atualizada com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas

A Administração, após análise das suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, julgou ser necessário reapresentar o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a mutação do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 aprovadas em 18 de março de 2014, para fins de comparação com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2013 (Apresentado Anteriormente)	(Ajustes)		31/12/2013 (Reapresentado)
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	<u>116.350</u>	<u>171.042</u>	(i)	<u>287.392</u>
Total do passivo circulante	<u>5.730.547</u>	<u>171.042</u>	(i)	<u>5.901.589</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Superávit/(déficit) acumulado	<u>(284.150)</u>	<u>(171.042)</u>	(i)	<u>(455.192)</u>
Total do patrimônio social/(passivo a descoberto)	<u>105.665</u>	<u>(171.042)</u>	(i)	<u>(65.377)</u>
DEMONSTRAÇÃO SUPERÁVIT (DÉFICIT)				
Custo operacional	(6.747.344)	(171.042)	(i)	(6.918.386)
Superávit (déficit) bruto	<u>2.140.376</u>	<u>(171.042)</u>	(i)	<u>1.969.334</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>(284.150)</u>	<u>(171.042)</u>	(i)	<u>(455.192)</u>
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(284.150)</u>	<u>(171.042)</u>	(i)	<u>(455.192)</u>
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/(PASSIVO A DESCOBERTO)				
Déficit do exercício	<u>(284.150)</u>	<u>(171.042)</u>	(i)	<u>(455.192)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>105.665</u>	<u>(171.042)</u>	(i)	<u>(65.377)</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Déficit do exercício	(284.150)	(171.042)	(i)	(455.192)
Fornecedores	(37.435)	171.042	(i)	133.607

(i) Ajuste realizado em virtude da identificação de despesas no montante de R\$171.042 referentes ao exercício de 2013 registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em função da reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração está divulgando o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 para fins de comparação, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. No entanto, não ocorreram alterações neste exercício de 2012 em função do ajuste identificado pertinente ao exercício de 2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Confederação são resumidas como se segue:

a) Direitos e obrigações

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço são considerados como ativo e passivo circulantes. Os demais direitos e obrigações são classificados como não circulantes.

b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da data de contratação, e com risco insignificante de mudança de valor.

Títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: (i) títulos mantidos até o vencimento; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

- Quando o propósito da aquisição dos investimentos é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter o investimento até seu vencimento.
- Quando a intenção, no momento de efetuar o investimento, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações financeiras são classificadas como títulos disponíveis para venda.
- Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros e correção monetária ou variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridas até a data dos balanços patrimoniais.

Os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

A principal aplicação está apresentada por cotas de Fundo de Investimento não exclusivo (BB Curto Prazo Administrativo Supremo) do Banco do Brasil, classificados na ANBIMA como fundos de curto prazo e baixo risco. A Confederação não tem gerência ou influência na composição da carteira ou na aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira, que poderiam conter papéis com certa volatilidade na taxa de juros; conseqüentemente, não atende a todos os requisitos do CPC 03 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa para classificação como equivalente de caixa. Em função do processo de aprovação da utilização dos recursos ser de responsabilidade do Ministério do Esporte, este título e valores mobiliários está sendo classificado como restrito (notas explicativas 6 e 13).

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão representadas, principalmente, pelas mensalidades e parcelamentos a receber das Federações Nacionais, registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando relevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pela contraparte, de que a Confederação não será capaz de cobrar todos os montantes devidos de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, sendo reconhecido no resultado do exercício.

A Administração efetua anualmente a análise de seus ativos e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos. Além disso, revisa as vidas úteis dos seus ativos imobilizados em base anuais e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas permanecem adequadas, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

e) Intangível

Representado por software em uso, demonstrado pelo valor do custo, deduzido de amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas indicadas na nota explicativa nº 9.

f) Redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

g) Apuração do resultado

As receitas e as despesas de qualquer natureza são registradas com base no regime de competência, o qual leva em consideração o fato gerador do evento e/ou da transação.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Confederação for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis ou a emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 23.

i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que a Administração se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir, significativamente, dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos questionamentos jurídicos, à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos ativos não circulantes, possível redução do valor recuperável dos ativos de longa duração (quando aplicável) e divulgação de instrumentos financeiros.

j) Normas e interpretações novas, revisadas e já emitidas

i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014

- IAS 32/ CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

- IFRIC 21 - “Taxas” - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.
- IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. A Administração quando aplicável considerou as orientações em suas divulgações de impairment.
- IAS 39 - “Instrumentos financeiros” - reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações das normas existentes.

ii) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigentes

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

- IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados, esclarece os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010-2012 e 2011-2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
- IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer um adquirente de participação de operação em conjunto, onde a atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado com efeito prospectivo.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações no pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “bearer plants” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - “Receita de Contratos com Clientes” - define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes pra fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos e interpretações atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Confederação analisou os impactos dessas normas e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras. A Confederação pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos (caixa e equivalentes de caixa)	71.290	88.531
Total	<u>71.290</u>	<u>88.531</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo de investimento de renda fixa DI - BB CP 50 MIL (*)	769	173
Certificado de depósito Bancário Banco do Brasil - CDB pré-fixado	17.164	25.073
Títulos de Capitalização	24.069	-
Total	<u>42.002</u>	<u>25.246</u>

(*) Fundo de investimento de renda fixa DI aberto no Banco do Brasil, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS RESTRITOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa restrito (Projeto Ministério do Esporte) - BB Curto Prazo Administrativo Supremo (*)	3.987.876	5.359.379
Total	<u>3.987.876</u>	<u>5.359.379</u>

(*) Fundo de investimento de renda fixa DI aberto no Banco do Brasil, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco e curto prazo.

O montante corresponde aos recursos captados pelo Ministério do Esporte, para realização de projetos até o segundo semestre de 2015 e a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como caixa restrito, ocorrendo apenas o seu desbloqueio diante da aprovação do Ministério do Esporte para desembolso com projeto SICONV (Nota explicativa 13).

7. CONTAS A RECEBER

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo circulante:		
Mensalidades - partes relacionadas	66.347	37.488
Parcelamentos - partes relacionadas	15.025	16.197
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(72.288)	(23.531)
Total	<u>9.084</u>	<u>30.154</u>
Ativo não circulante:		
Parcelamentos - partes relacionadas	23.981	6.877
Total	<u>23.981</u>	<u>6.877</u>

A composição dos valores das contas a receber, por data de vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	53.470	37.701
Vencidos até 30 dias	4.129	4.014
Vencidos de 31 a 60 dias	2.786	2.771
Vencidos de 61 a 90 dias	3.820	764
Vencidos de 91 a 180 dias	10.735	2.292
Vencidos acima de 180 dias	30.413	13.020
Total	<u>105.353</u>	<u>60.562</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	(23.531)	(18.430)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	(49.800)	(11.941)
Reversão de provisão para devedores duvidosos por recuperação de recebíveis ou acordo total de parcelamento	<u>1.043</u>	<u>6.840</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(72.288)</u>	<u>(23.531)</u>

8. IMOBILIZADO

	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Instalações comerciais</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo:							
Em 1º de janeiro de 2013	366.243	146.756	236.529	29.199	41.991	14.315	835.033
Adições	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.490</u>	<u>-</u>	<u>1.750</u>	<u>-</u>	<u>15.240</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>366.243</u>	<u>146.756</u>	<u>250.019</u>	<u>29.199</u>	<u>43.741</u>	<u>14.315</u>	<u>850.273</u>
Adições	<u>-</u>	<u>2.792</u>	<u>21.292</u>	<u>-</u>	<u>4.490</u>	<u>-</u>	<u>28.574</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>366.243</u>	<u>149.548</u>	<u>271.311</u>	<u>29.199</u>	<u>48.231</u>	<u>14.315</u>	<u>878.847</u>
Depreciação:							
Em 1º de janeiro de 2013	(138.086)	(119.036)	(230.526)	(21.983)	(11.896)	(14.315)	(541.592)
Adições	<u>(18.332)</u>	<u>(14.687)</u>	<u>(1.882)</u>	<u>(1.376)</u>	<u>(4,28)</u>	<u>-</u>	<u>(40.561)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>(156.418)</u>	<u>(133.723)</u>	<u>(232.408)</u>	<u>(29.199)</u>	<u>(16.090)</u>	<u>(14.315)</u>	<u>(582.153)</u>
Adições	<u>(4.545)</u>	<u>(505)</u>	<u>(6.859)</u>	<u>-</u>	<u>(543)</u>	<u>-</u>	<u>(12.452)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(160.963)</u>	<u>(134.228)</u>	<u>(239.267)</u>	<u>(29.199)</u>	<u>(16.633)</u>	<u>(14.315)</u>	<u>(594.605)</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>205.280</u>	<u>15.320</u>	<u>32.044</u>	<u>-</u>	<u>31.598</u>	<u>-</u>	<u>284.242</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>209.825</u>	<u>13.033</u>	<u>17.611</u>	<u>-</u>	<u>27.651</u>	<u>-</u>	<u>268.120</u>
Taxas de depreciação - %	2	10	20	20	10		

9. INTANGÍVEL (SOFTWARE)

Custo:	
Em 1º de janeiro de 2013	96.184
Adições	<u>29.248</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>125.432</u>
Adições	<u>54.930</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>180.362</u>
Amortização	
Em 1º de janeiro de 2013	(80.598)
Adições	<u>(3.348)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>(83.946)</u>
Adições	<u>(17.887)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(101.833)</u>
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>78.529</u>
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>41.486</u>
Taxa de amortização - %	20

10. FORNECEDORES

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (Reapresentado)
Eventos	16.324	128.022
Serviços prestados por pessoa física e jurídica	<u>293.014</u>	<u>159.370</u>
Total	<u>303.338</u>	<u>287.392</u>

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão de férias	129.416	110.273
Encargos sociais	81.028	110.545
Contribuições a recolher	2.517	3.064
Pensão alimentícia	94	94
Total	<u>213.055</u>	<u>223.976</u>

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRRF sobre salários	16.235	15.169
IRRF sobre autônomos	5.070	5.149
IRRF sobre pessoa jurídica	1.267	2.428
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL/PIS/COFINS retidos	<u>2.838</u>	<u>6.222</u>
Total	<u>25.410</u>	<u>28.968</u>

13. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Corresponde aos recursos captados para treinamento de equipes de hipismo que participarão das Olimpíadas de 2016 no Brasil durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2015, aplicados em um fundo específico no Banco do Brasil (nota explicativa 6) e mantidos até o momento dos eventos de treinamento, ocorrendo apenas o seu desbloqueio mediante aprovação do Ministério do Esporte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi recebido o montante de R\$3.542.771 do Ministério do Esporte (R\$6.494.878 em 31 de dezembro de 2013).

Os recursos recebidos pela Confederação junto ao Ministério do Esporte são registrados como uma obrigação (passivo circulante - Recursos Ministério do Esporte) enquanto não são dispendidos. Quando da realização do evento de treinamento e seu respectivo dispêndio financeiro por aprovação do Ministério a respectiva receita é registrada contabilmente (nota explicativa 16).

R\$

Saldo em 31 de dezembro de 2012	-
Recursos recebidos pelo Ministério do Esporte	6.494.878
Rendimentos financeiros, líquidos	142.751
Recursos utilizados	(1.278.250)
Total Recurso Ministério do Esporte em 31 de dezembro de 2013	<u>5.359.379</u>
Recursos recebidos pelo Ministério do Esporte	3.542.771
Rendimentos financeiros, líquidos	236.978
Recursos utilizados	(5.151.252)
Total Recurso Ministério do Esporte em 31 de dezembro de 2014	<u>3.987.876</u>

14. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Administração, consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos, declara não ser parte, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, de processos judiciais ou administrativos existentes que possam fluir para a Confederação, trazendo impactos às suas operações e demonstrações financeiras ora apresentadas. A Confederação não possui ativos contingentes contabilizados ou em discussão.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Os resultados (superávits ou déficits) apurados anualmente são incorporados (absorvidos) à conta de patrimônio social, quando de sua aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas da Diretoria, e em linha com a resolução CFC Nº 1409/12.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos públicos:		
Recursos da Lei Piva	4.910.243	4.060.712
Recursos do Ministério dos Esportes (i)	5.151.253	1.278.250
Recursos do Comitê Paraolímpico	1.443.051	392.490
Recursos da FEI	-	5.290
(-) Devolução de recursos	(572.159)	(269.067)
	<u>10.932.388</u>	<u>5.467.675</u>
Registro de cavaleiros e equinos:		
Selos e passaportes	1.100.953	1.013.683
Capa - FEI	110.002	165.905
Registro de animais/cavaleiros - FEI	81.985	86.098
Licença internacional	56.780	52.620
Registro carteira - Confederação	2.207	1.100
Transferência de propriedade	23.177	6.702
Mudança de nome do animal	8.528	10.671
	<u>1.383.632</u>	<u>1.336.779</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Eventos - Taxas de concursos	765.036	1.131.459
Mensalidades - Mensalidades das Federações	230.147	290.712
Certificação técnica	383.313	577.290
Patrocínios	970.725	30.000
Outras receitas	216.311	143.805
Receita operacional líquida	<u>14.881.552</u>	<u>8.887.720</u>

(i) Corresponde aos recursos adicionais captados junto ao Ministério dos Esportes para treinamento de equipes de hipismo que participarão das Olimpíadas de 2016 no Brasil durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 (nota explicativa 13).

As receitas de recursos públicos são usualmente oriundas do Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro e Ministério dos Esportes, e requerem aprovações com base em orçamentos efetuados pela Confederação para realização e participação em diversos eventos esportivos hípicas anuais.

17. CUSTO OPERACIONAL

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (Reapresentado)
Serviços operacionais prestados por terceiros	(8.655.162)	(2.665.534)
Taxas pagas a Federação Equestre Internacional	(50.532)	(1.921.328)
Passagens	(1.124.107)	(722.862)
Manutenção	(486.560)	(599.939)
Hospedagens	(557.049)	(382.177)
Troféus e medalhas	(262.898)	(257.265)
Uniformes	(150.213)	(107.509)
Alimentação	(106.202)	(94.967)
Transportes	(87.904)	(63.179)
Equipamentos para Federações	(140.409)	(51.980)
Prêmios	(31.560)	(8.100)
Outros	(242.400)	(43.546)
Total	<u>(11.894.996)</u>	<u>(6.918.386)</u>

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e ordenados	(776.477)	(684.929)
Serviços gerais e administrativos prestados por terceiros	(630.421)	(568.610)
Encargos sociais (INSS/FGTS/PIS)	(547.944)	(388.655)
Telefone	(213.988)	(177.362)
Férias	(117.360)	(104.778)
Alimentação	(101.593)	(79.623)
13º salário	(62.307)	(59.622)
Plano de saúde	(78.449)	(56.403)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Vale-transporte	(39.841)	(45.450)
Depreciações e amortizações	(30.339)	(43.909)
Material de expediente/escritório	(10.260)	(28.734)
Despesas tributárias	(15.576)	(23.877)
Correios	(33.031)	(21.765)
Aluguéis e condomínios	(35.007)	(16.025)
Energia elétrica	(15.703)	(12.225)
Lanches e refeições	(12.246)	(10.895)
Conduções	(17.161)	(10.089)
Manutenção	(13.153)	(8.564)
Propaganda e publicidade	(28.614)	(6.000)
Cópias e autenticações	(3.840)	(3.702)
Outras despesas	<u>(98.724)</u>	<u>(41.562)</u>
Total	<u>(2.882.034)</u>	<u>(2.392.779)</u>

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	21.888	19.708
Outras	<u>2.914</u>	<u>3.779</u>
Total de receitas financeiras	<u>24.802</u>	<u>23.487</u>
Despesas financeiras:		
Despesas sobre operações de câmbio	(30.493)	(11.974)
Taxas bancárias	(20.975)	(13.969)
IRRF	(3.512)	(11.516)
Outras	<u>(6.865)</u>	<u>(8.497)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(61.845)</u>	<u>(45.956)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(37.043)</u>	<u>(22.469)</u>

20. RESULTADO POR NATUREZA

A Confederação apresentou a demonstração do superávit (déficit) do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do superávit (déficit) do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u> (Reapresentado)
Custos com eventos esportivos	(11.894.996)	(6.918.386)
Despesas de folha de pagamento	(1.723.971)	(1.419.459)
Serviços de terceiros	(844.409)	(745.972)
Energia	(15.703)	(12.225)
Despesas de depreciação e amortização	(30.339)	(43.909)
Despesas tributárias	(15.576)	(23.877)

	2014	2013 (Reapresentado)
Despesas financeiras	(61.845)	(45.956)
Outras pulverizadas	(274.816)	(156.615)
Total	(14.861.655)	(9.366.399)
Classificadas como:		
Custo operacional	(11.894.996)	(6.918.386)
Despesas gerais e administrativas	(2.882.034)	(2.392.779)
Despesas financeiras	(61.845)	(45.956)
Outras despesas operacionais	(22.780)	(9.278)
Total	(14.861.655)	(9.366.399)

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Confederação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A seguir as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2014:

Objetos de seguro	Cobertura	Valor segurado	Final de vigência
Imóveis	Incêndio/raio/explosão	600.000	25/05/2015
	Perda pagamento aluguel (período indenitário 6 meses)	25.000	25/05/2015
	Vendaval/granizo	20.000	25/05/2015
	Danos elétricos	25.000	25/05/2015
	Roubo	28.000	25/05/2015
	Derrame de "sprinklers"	15.000	25/05/2015
	Equipamentos eletrônicos	13.000	25/05/2015
	Fumaça	15.000	25/05/2015
	Ruptura de tubulações	23.000	25/05/2015
	Total	764.000	

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	2014			2013	
	Ativo	Passivo	Receita	Ativo	Receita
Federações					
São Paulo	1.343	-	16.110	1.243	14.916
Brasília	1.343	-	16.110	1.243	14.916
Rio de Janeiro	4.106	-	16.110	3.729	14.916
Minas Gerais	1.343	-	16.110	2.486	14.916
Rio Grande do Sul	3.683	-	16.110	997	14.916
Bahia	1.343	-	16.110	1.243	14.916
Pernambuco	-	948	16.110	8.120	14.916
Paraná	1.343	-	16.110	1.243	14.916
Santa Catarina	1.993	-	16.110	2.544	14.916
Paraíba	1.343	-	16.110	-	14.916
Ceará	18.532	-	13.642	11.361	10.320
Rio Grande do Norte	-	-	6.195	-	5.736

	2014			2013	
	Ativo	Passivo	Receita	Ativo	Receita
Federações					
Alagoas	9.538	-	6.195	3.346	5.736
Mato Grosso do Sul	30.974	-	8.691	1.434	5.736
Goiás	-	-	3.709	-	3.432
Amazonas	3.537	-	3.709	5.121	3.432
Maranhão	18.730	-	3.709	15.022	3.432
Mato Grosso	-	-	3.709	-	3.432
Pará	340	-	618		
Sergipe	6.192	-	6.205	286	3.432
Espírito Santo	309	-	6.205	858	3.432
Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo	<u>309</u>	<u>948</u>	<u>3.709</u>	<u>286</u>	<u>3.432</u>
Total	<u>106.301</u>	<u>948</u>	<u>230.147</u>	<u>60.562</u>	<u>200.712</u>

Os saldos de contas a receber, em 31 de dezembro de 2014, apresentam saldos de parcelamentos, referentes a créditos em atraso que foram totalmente renegociados, com a Federação Equestre do Ceará durante exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$15.870, Federação Amazonense durante exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$6.922 e Federação Sul Mato-grossense, renegociado durante exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$36.324.

As condições de renegociação refletem, na sua quase totalidade, encargos financeiros de multa e juros e prazos de pagamento entre 10 a 60 meses. Nesta data não existem parcelamentos em atraso sendo o saldo em aberto R\$15.025 (R\$16.197 em 31 de dezembro de 2013).

Os saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2014 apresentam créditos em atraso superiores a 90 dias com as Federações do Maranhão, Amazonas, Ceará, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Sergipe e Rio de Janeiro, para os quais a Confederação registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$72.288 (nota explicativa 7). Esta provisão reflete saldos vencidos superiores a noventa dias incorporando outros saldos vencidos com período inferior quando atingido o limite de noventa dias.

Remuneração do pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração total (proventos e benefícios) de pessoal-chave (gerência) é de R\$179.580 (R\$147.795 em 31 de dezembro de 2013). A Confederação não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo à Diretoria, Administração e a seus empregados.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(i) Riscos de instrumentos financeiros

O risco de crédito é o risco principal da Confederação (risco de a contraparte não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro). Os instrumentos financeiros, que expõem a Confederação ao risco de concentração de crédito, consistem em equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições de mercado e de risco. Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 22, a Confederação tem critérios contábeis para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e, conforme descrito na nota explicativa nº 3, a Administração apresenta aplicações financeiras em instituições financeiras consideradas como de primeira linha.

(ii) Categorização e valorização de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Confederação possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber, categorizados como empréstimos e recebíveis, e fornecedores. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se de seus valores de mercado e estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e dos juros atualizados até a data dos balanços.

A Confederação não atua com operações com derivativos financeiros.

(iii) Sensibilidade de instrumentos financeiros

Apresentados a seguir cálculo de sensibilidade considerando o saldo em aberto de títulos e valores mobiliários em CDI (variação Selic) em 31 de dezembro de 2014. A taxa de juros esperada para 31 de dezembro de 2015 foi obtida do relatório Focus do dia 27 de fevereiro de 2015.

	<u>Cenário provável</u>
Taxa de juros CDI a.a. (Selic) esperada em 31 de dezembro de 2015	11,5%
Títulos e valores mobiliários	17.933
Títulos e valores mobiliários restritos	<u>3.987.876</u>
Efeito esperado positivo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015	<u>460.668</u>

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho Fiscal em 17 de março de 2015, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Rogério Nunes Santos
Contador
CRC / RJ 104134 / 0-7
CPF 020.144.807-99

17 de Março de 2015
CONFEDERAÇÃO DE HIPISMO
MIR ROBERTO GILBERTO
CPF 020.144.807-99